rior a chefe de secção; os restantes terão direito ao abono pelo transporte em 2.^a classe. O abono pela deslocação por outra via será feito pela despesa efectivamente realizada, não podendo em caso algum exceder o que se acha fixado no decreto n.º 22:150, de 23 de Janeiro de 1933, ou o que vier a ser estabelecido.

§ único. Em casos especiais poderá o administrador geral permitir o transporte em 1.^a classe de funcionários de outra categoria pertencentes ao quadro externo da Inspeção.

Art. 21.º Nos casos de promoção ou transferência, excepto se esta tiver lugar a pedido ou por razões de ordem disciplinar, os funcionários terão direito ao abono de transporte na mesma classe em caminho de ferro ou vapor de carreira marítima para suas famílias, considerando-se como pessoas de família a mulher, os filhos menores e as filhas, irmãs solteiras ou viúvas e a mãe viúva, quando residam na sua companhia e a seu directo encargo.

§ único. Os funcionários que forem transferidos para as ilhas, e nelas permaneçam três anos, terão direito, no regresso, mesmo que este seja a pedido, ao abono do transporte.

Art. 22.º Os funcionários que, nos termos do decreto n.º 20:302, de 12 de Setembro de 1931, transitaram, como adidos, do Montepio Oficial para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência são, a partir de 1 de Julho de 1934, integrados no respectivo quadro e na categoria que lhes pertencer, com antiguidade a contar dessa data.

Art. 23.º Os actuais praticantes da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência passam a aspirantes ou a aspirantes estagiários, conforme tenham, ou não, seis meses de serviço, sendo-lhes contado para o efeito do § 2.º do artigo 1.º o tempo que tenham de serviço na classe que actualmente ocupam.

Art. 24.º É mantido em vigor, pelo que respeita ao pessoal preciso ao imediato funcionamento dos serviços do Montepio dos Servidores do Estado, o disposto na legislação anterior.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 29 de Junho de 1934. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Antonino Ravil da Mata Gomes Pereira* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Alexandre Alberto de Sousa Pinto* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 24:093

Atendendo a que na tabela n.º 1 anexa ao decreto n.º 22:437, de 10 de Abril de 1933, foram omitidas as gratificações de comando ou comissão a abonar aos adjuntos da Inspeção da Arma de Aeronáutica, chefe dos serviços meteorológicos do exército, adjuntos do mesmo serviço, experimentadores de aparelhos e oficiais do Depósito de Material Aeronáutico;

Considerando portanto que se torna necessário publicar nova tabela que remedeie aquelas omissões;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A tabela n.º 1 anexa ao decreto n.º 22:437,

de 10 de Abril de 1933, e a que se refere o artigo 1.º do mesmo decreto, passa a ter a redacção constante da tabela anexa ao presente decreto.

§ único. Os abonos das gratificações constantes da tabela a que se refere este artigo têm execução desde a data em que entrou em vigor o decreto n.º 22:437.

Art. 2.º Fica revogada a tabela n.º 1 anexa ao decreto n.º 22:437, de 10 de Abril de 1933, a que alude o artigo 1.º do mesmo decreto.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 29 de Junho de 1934. — ANTONIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Antonino Ravil da Mata Gomes Pereira* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Alexandre Alberto de Sousa Pinto* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

Tabela n.º 1

Anexa ao decreto-lei n.º 24:093

Gratificação de comando ou comissão a abonar mensalmente ao pessoal da arma de aeronáutica	
Director da arma de aeronáutica	270\$00
Inspector da arma de aeronáutica	150\$00
Chefe dos serviços meteorológicos do exército, comandante da Escola Militar de Aeronáutica, comandantes de grupo de esquadrilhas e de batalhão de aerosteiros, oficiais superiores adjuntos da Direcção e Inspeção da Arma de Aeronáutica e director do serviço de propriedades da Direcção da Arma de Aeronáutica	120\$00
Segundo comandante da Escola Militar de Aeronáutica, segundos comandantes de grupo de esquadrilhas e de batalhão de aerosteiros, directores de divisão de instrução da Escola Militar de Aeronáutica e da Escola de Mecânicos da Aeronáutica	110\$00
Comandantes de esquadrilhas isoladas, de companhias de aerosteiros isoladas, instrutores da Escola Militar de Aeronáutica, pilotos de aparelhos rápidos e experimentadores de aparelhos (gratificação especial)	100\$00
Comandantes de esquadrilhas incorporadas, de companhias de aerosteiros incorporadas e adjuntos da Inspeção da Arma de Aeronáutica, quando capitães	90\$00
Chefes de repartição	75\$00
Director do Depósito de Material Aeronáutico, chefe do parque da Escola Militar de Aeronáutica, instrutores da Escola de Mecânicos de Aeronáutica, adjuntos táticos das unidades e adjuntos dos serviços meteorológicos do exército e foto-topográficos da Inspeção da Arma de Aeronáutica e das unidades	70\$00
Comandantes das companhias de tropas das unidades e da Escola Militar de Aeronáutica, ajudantes chefes de secretaria das unidades e Escola Militar de Aeronáutica e capitães do Depósito de Material Aeronáutico	60\$00
Ajudantes chefes de secretaria das unidades e da Escola Militar de Aeronáutica, quando subalternos, e subalternos das esquadrilhas, companhias de aerosteiros, estabelecimentos da aeronáutica, companhias de tropas de aeronáutica e chefes das secções das repartições da Direcção	45\$00

Ministério da Guerra, 29 de Junho de 1934. — O Ministro da Guerra, *Luiz Alberto de Oliveira*.

3.º Direcção Geral

Decreto-lei n.º 24:094

Considerando que o artigo 4.º do decreto n.º 23:548 mantém o contrato celebrado, em 22 de Agosto de 1921, entre o Ministério da Guerra e o pintor Adriano de

Sousa Lopes e o escultor António Alves de Sousa (já falecido); mas

Considerando que a quantia de 120.000\$ inscrita na alínea c) do n.º 1) do artigo 70.º do orçamento do Ministério da Guerra em vigor no corrente ano económico, pelo artigo 2.º do citado decreto n.º 23:548, não foi prevista para a construção de 282 lápides que ainda falta executar ou concluir, nos termos do citado contrato; e

Verificando-se que o contratante pintor Adriano de Sousa Lopes, alegando subida de preços desde a data do contrato até à presente data, declara desejar que esse contrato seja rescindido, sem prejuízo do pagamento da importância que lhe seja devida pelos fornecimentos que fez;

Considerando que assim convém aos interesses do Estado;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministério da Guerra a rescindir o contrato celebrado, em 22 de Agosto de 1921, entre o mesmo Ministério e o pintor Adriano de Sousa Lopes e o escultor António Alves de Sousa (já falecido).

Art. 2.º É autorizado o Ministério da Guerra a pagar os fornecimentos já feitos nos termos do contrato a que alude o artigo anterior e a efectuar por administração directa e com dispensa de qualquer contrato os restantes trabalhos a que se alude na alínea c) do n.º 1) do artigo 70.º do orçamento do Ministério da Guerra para o corrente ano económico, dentro da verba consignada na mesma alínea, e devendo o pagamento das respectivas despesas ser liquidado até 14 de Agosto de 1934.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Junho de 1934. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarães — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastião Garcia Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 24:095

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O orçamento do Ministério da Guerra decretado para 1933-1934 é reforçado com a quantia abaixo designada pela forma que segue:

CAPÍTULO 9.º

Serviços de Artilharia

Frente Marítima da Defesa de Lisboa

Artigo 145.º — Aquisições de utilização permanente:

1) Aquisição de móveis:

a) Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios:

Aquisição e montagem de uma conversora destinada ao Reduto Gomes Freire

27.496\$00

§ único. A importância deste reforço tem compensação na quantia de 27.496\$, que é anulada na verba da alínea a) «Aquisição de uma lâmpada de alta potência para um projector de costa» do n.º 2) do artigo 156.º dos referidos capítulo e orçamento.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Junho de 1934. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarães — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastião Garcia Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando Geral da Armada

Repartição do Pessoal

Decreto-lei n.º 24:096

Convindo alterar a redacção da alínea c) e do § 1.º do artigo 3.º do decreto n.º 19:017, de 5 de Novembro de 1930, na parte relativa a «Tirocínios práticos» dos alunos engenheiros hidrografos, para que fique mais harmónico com os fins em vista;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. A redacção da alínea c) e do § 1.º do artigo 3.º do decreto n.º 19:017, de 5 de Novembro de 1930, relativo a «Tirocínios práticos», passa a ser a seguinte:

c) Na Direcção Geral da Marinha — cinco meses e vinte e cinco dias, assim repartidos: a bordo de navio hidrográfico — um mês; a bordo de navio oceanográfico — quinze dias; na Direcção de Hidrografia, Navegação e Meteorologia Náutica e Direcção de Faróis — um mês; em trabalhos de campo e mar — sessenta dias úteis seguidos de vinte e cinco dias de trabalhos de gabinete; no Aquário Vasco da Gama, em serviço de análises — quinze dias.

Os trabalhos de campo e mar deverão ser feitos em pôrto da metrópole que deles careça, dirigidos no local pelo professor.

O exame final da cadeira de hidrografia superior (2.ª parte) deverá ser feito depois da execução dos trabalhos de campo e mar.

§ 1.º De cada tirocínio deverão os alunos fazer relatório individual, podendo contudo juntar-se, ao grupo de relatórios referentes a cada tirocínio, uma parte comum, se a mesma disser respeito a cópias ou extractos de documentos pertencentes a arquivos.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Junho de 1934. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Aníbal de Mesquita Guimarães — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo